

indígenas, e inclusive de muitas mães que tiveram grande preocupação com a violência que aconteceu para tentar retirar e reprimir aquela manifestação do dia trinta.

Após um diálogo bastante respeitoso e construtivo, eis que a própria liderança indígena, o Tiago, disse que os indígenas, e mais aqueles que, como nós, estávamos apoiando o seu ato, iríamos fazer uma caminhada até o Pico do Jaraguá. E assim se procedeu, portanto, a caminhada de apoio, para que não seja aprovada lá no Congresso Nacional, agora no Senado Federal, aquela norma que permite que aquelas áreas que não haviam sido ocupadas antes da Constituição de 1988...

Quer dizer, a legislação, o projeto que se quer aprovar, quer impedir que os índios possam ter acesso a suas áreas, mesmo não havendo a posse antes da Constituição de 88, e isso é muito importante para todos os povos indígenas no Brasil, e aqui expressamos o nosso apoio aos guaranis, tanto do Morro do Jaraguá quanto de Parelheiros, e nas outras regiões do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos na Lista Suplementar, com a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Voltando a esta tribuna, cumprimento os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que devem estar em seus gabinetes, nos acompanhando pela Rede Alesp.

Cumprimento os integrantes da Polícia Civil, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Penal, os integrantes da Polícia Técnico-Científica, cumprimento o público presente, cumprimento todos aqueles senhores e aquelas senhoras que nos acompanham em suas residências pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, eu volto à tribuna para falar sobre a anistia que o Congresso Nacional está propondo aos partidos que não cumpriram as cotas, que não cumpriram a destinação de recursos, na eleição passada, às cotas raciais e também ao mínimo que deveria ser estabelecido para as cotas de mulheres, não é?

São mais de 741 milhões, segundo os dados oficiais do TSE, que deixaram de ser aplicados às candidaturas negras e mais de 139 milhões para as mulheres, as candidatas mulheres.

E eles agora querem dar essa anistia, que nós temos que repudiar, porque os partidos não cumprem o seu papel e, como são eles que aprovam as leis, eles vão lá e legislam em benefício próprio.

Então nós não podemos concordar de forma alguma que aqueles recursos que foram destinados às cotas raciais, às candidaturas negras e às candidaturas femininas sejam, simplesmente, por um ato, pelo poder que tem o Congresso, anistiados.

Segundo o texto, serão anistiadas legendas que descumpriram a cota mínima de recursos para as candidaturas femininas até as eleições de 2022 ou por irregularidades na prestação de contas anteriores a 5 de abril do ano passado, data em que o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 117, que destinava o mínimo de 30% dos recursos do fundo partidário para o estímulo às legendas para que houvessem mais candidatas.

O argumento que embasa a proposta é que muitos partidos tiveram dificuldade em se adaptar à nova regra eleitoral uma vez que não existia outra norma que apresentasse uma melhor definição sobre a distribuição de cotas.

Muitos partidos, agindo de boa-fé e com o maior esforço para que as regras fossem cumpridas, se viram inadequados após o período eleitoral em virtude de muitas alterações de registro de candidatura em todo o País, detalha a PEC.

A possibilidade de a proposta ser aprovada é motivo para desagrado do “conselhão”, o conselheiro que foi formado agora, os conselhos de participação social e desenvolvimento econômico social sustentável do governo federal, com atuação da base governista.

Antes da votação, na terça-feira, o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, foram acionados por um grupo de 50 membros do “conselhão” para que a proposta fosse rejeitada sob o argumento de que a aprovação seria um retrocesso.

O movimento negro está fazendo a sua manifestação, o seu movimento em todo o País, contra a aprovação dessa PEC, que passou pela Comissão de Constituição e Justiça.

E olhem aqui, o PL, que tem 13 deputados, os 13 votaram “sim”: Capitão Augusto, Carlos Jordy, Coronel Fernanda, Delegado Eder Mauro, Delegado Ramagem, Jorge Goetten, Julia Zanatta, Pastor Marco Feliciano, Robinson Faria, Rosângela Reis, Yuri do Paredão.

A coligação, a Federação do PT/PCdoB/PV teve nove votos “sim”: Alencar Santana, Baelcar, Flávio Nogueira, Helder Salomão, Rubens Pereira, Rui Falcão.

O União Brasil teve um voto “sim”, apenas um voto “sim”, do Delegado Marcelo.

O PP teve cinco votos “sim”: Aguinaldo Ribeiro, Covatti Filho, Gerlen Diniz, Tião Medeiros... Desculpe, o Gerlen Diniz votou “não”. Tião Medeiros votou “sim”, Julio Arcoverde votou “sim”, Lázaro Botelho votou “sim”.

O MDB com três votos “sim”: Cobalchini, Juarez Costa, Renilce Nicodemos.

O PSD, cinco votos “sim”: Delegada Katarina, Diego Coronel, Paulo Magalhães, Waldemar Oliveira, Zé Haroldo Cathedral. O Republicanos, cinco votos “sim”: Lafayete de Andrada, Marcelo Crivella, Murilo Galdino, Roberto Duarte, Silvio Costa Filho.

O PSDB Cidadania não teve nenhum voto “sim”. O Patriota teve um voto “sim”: Fausto Santos. O PDT, nenhum voto “sim”. O Podemos, um voto “sim”: Víctor Linhalis. O PSB, um voto “sim”: Gervásio Maia. O Avante teve um voto “sim”, que é o Janones.

O Solidariedade, com a Marília Arraes, também um voto “sim”.

Eu peço a esses deputados e aos deputados federais que lutem pela rejeição dessa PEC nº 9, de 2023, que rejeitem essa PEC. Não dá para anistiar as irregularidades praticadas pelos partidos nas eleições anteriores. Os partidos que praticaram irregularidades têm que pagar pelos seus erros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Chamo V. Exa. para continuar presidindo a nossa sessão.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, na Lista Suplementar, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, de volta à tribuna no dia de hoje, eu gostaria de, primeiro, dizer que a Secretaria da Educação, a Seduc, está dando um golpe dentro do golpe em relação ao pagamento do Adicional de Local de Exercício.

No mês de maio, houve a publicação de um decreto, o Decreto nº 17.691/23, dando um golpe em todos os servidores da Educação, em todas as escolas da rede estadual, porque esse decreto do governador Tarcísio de Freitas, editado pela Secretaria da Educação, pelo secretário, empresário, dono da Multilaser, secretário da Educação, Renato Feder, adiou o reajuste do ALE para 2024, violando a própria legislação do estado, que já impunha e impõe, na verdade, o reajuste para janeiro de 2023.

No entanto, isso não foi feito até agora. Entramos no mês de junho, esse reajuste não foi feito e o governo, dando um golpe dentro do golpe, através do decreto, tentou adiar para o ano que vem. No entanto, nós apresentamos, eu apresentei imediatamente um PDL, houve uma pressão e o governo recuou.

Ele mesmo, tamanha era a gravidade da situação que o próprio governo estadual revogou o seu próprio decreto. Nem precisou aprovar o meu PDL aqui, porque o governo reagiu imediatamente à pressão que nós fizemos, dizendo que faria uma folha complementar.

Mas não teve folha complementar, Sr. Presidente. Os servidores da Educação estão reclamando que até agora não houve o reajuste, não houve folha suplementar no pagamento dos nossos servidores.

Então, da tribuna da Assembleia Legislativa, quero exigir que o governador tome providências e faça a folha complementar dando o reajuste imediato do ALE, do Adicional de Local de Exercício, para todos os profissionais, estendendo também esse benefício a todas as escolas. Porque tem casos absurdos de escolas vizinhas que são separadas por um muro onde uma tem o ALE e a outra não tem.

Então isso mostra que não há nenhum tipo de organização nem de justiça. Então para que isso não ocorra é importante que todos tenham esse direito, uma forma de complementar os baixíssimos salários do Magistério e dos servidores em geral da Educação. São Paulo tem um dos piores salários para os seus servidores - e sobretudo os servidores da Educação - do Brasil.

Nem o Piso Nacional do Magistério é pago corretamente pelo estado, que utiliza aqui o truque, a artimanha, do abono complementar, que é proibido por lei.

Quero, Sr. Presidente, destacar aqui a nossa luta em defesa sobretudo dos servidores do Judiciário. Nós estamos vendo toda uma movimentação agora da base do governo para aprovar o Projeto de lei nº 752, de 2020.

O projeto está parado aqui. Um projeto que aumenta as custas judiciais, que vai penalizar a população mais pobre de acessar a Justiça. Um projeto do TJ que até então era só do Tribunal de Justiça. Apenas o presidente do tribunal vinha fazendo um esforço para que ele fosse aprovado, mas agora o governo entrou também nessa luta para que o projeto seja aprovado.

O governo está mobilizando a sua base de sustentação para que o projeto seja aprovado imediatamente. Inclusive amanhã, terça-feira, a base do governo tentará aprovar um requerimento de urgência do deputado Carlos Cezar, que nós estamos obstruindo, logicamente, porque nós somos radicalmente contra esse projeto de lei.

E amanhã haverá uma movimentação aqui na Casa e nós vamos obstruir a votação para que ela não ocorra. Por quê, Sr. Presidente? Porque o governo estadual tem que transferir os recursos para o Tribunal de Justiça. Quando o Tribunal de Justiça está com dificuldade, o Executivo transfere, faz uma suplementação orçamentária que ele pode fazer a qualquer momento.

Até porque quando o TJ encaminha o seu orçamento para a Casa Civil, ele encaminha num valor, mas a Casa Civil, o governo, corta quase que pela metade desse orçamento. O que chega aqui é a metade do que o TJ diz precisar. Então o governo tem que suplementar minimamente as deficiências orçamentárias, sobretudo aquelas relacionadas ao pagamento dos servidores, que estão com os seus salários defasados e arrochados há muitos anos.

Tanto é que o TJ vai dar apenas, está sinalizando com apenas 6% de reajuste, Sr. Presidente. Isso não é nada; não repõe nem as perdas inflacionárias.

Então eu quero aqui pedir, fazer um apelo à base do governo. Já que a base do governo está tão preocupada assim com o Tribunal de Justiça, que vote então nos projetos que já estão em regime de urgência do próprio Tribunal de Justiça.

Eu me refiro aqui, Sr. Presidente, rapidamente, ao PLC 30/13, que trata de uma dívida reconhecida pelo TJ, porque o projeto é do Tribunal de Justiça, que foi encaminhado em 2013; foi aprovado em todas as comissões da Alesp. Eu consegui aprovar um requerimento de urgência.

O projeto está em urgência para fazer essa reposição de uma dívida histórica reconhecida de 10,55% com todos os servidores do TJ. Não é um projeto meu nem de nenhum deputado. Não é do Executivo; é do TJ. O próprio presidente do Tribunal de Justiça à época encaminhou o projeto de lei para a Assembleia Legislativa e até hoje o projeto não foi votado. E nós queremos votar esse projeto em regime de urgência.

Queremos votar também, se é para ajudar o Judiciário, Sr. Presidente, um outro projeto também que vai beneficiar os servidores, os escreventes técnicos do Judiciário. Um projeto que eu apresentei em 2018, que é o PLC 3/18, que autoriza o Tribunal de Justiça a instituir o nível universitário para os escreventes técnicos do Tribunal de Justiça, como fizemos em relação aos nossos colegas oficiais de Justiça alguns anos atrás. É a mesma reivindicação. A reivindicação é a mesma, o teor do projeto é o mesmo.

O projeto que eu encaminhei já foi aprovado em todas as comissões e está com o requerimento de Urgência aprovado. Então nós podemos aprovar dois projetos para ajudar de fato o Tribunal de Justiça, Sr. Presidente.

Agora, aprovar o 752 não dá. Peço ainda aos deputados que querem ajudar de fato o Judiciário que votem também no nosso PDL, o PDL que eu apresentei, o PDL nº 21, de 2023, que revoga o Decreto n.º 67.520, de 2023, Sr. Presidente.

Tenho feito essa denúncia exaustivamente, que é o Decreto que dá isenção fiscal para o setor de embalagens metálicas. É um decreto do Tarcísio de Freitas agora, recente, um decreto estranho, que vai reduzir drasticamente o ICMS de 18 para 3% para esse setor. Vamos perder mais de 345 milhões de reais por ano.

Ao mesmo tempo que eu apresentei o PDL, eu também já ajuizei uma ação popular no próprio Tribunal de Justiça. Espero que se a nossa ação vingar, e o Decreto for derrubado, ou pela Justiça, ou pela Assembleia Legislativa, nós vamos ter, Sr. Presidente, 345 milhões de reais a mais no Orçamento.

Então isso é importante, porque vai ajudar os servidores no reajuste. Eu peguei só um setor que está sendo beneficiado. Tem muitos outros, que nós vamos também acionar a Justiça e a própria Alesp para revogar isenções fiscais que beneficiam apenas grandes grupos econômicos, sem que o estado ganhe um único centavo.

Esse dinheiro da renúncia fiscal faz falta para a Educação, para o SUS, para a Assistência Social, faz falta para o reajuste dos servidores públicos. Então nós não vamos votar nesse projeto, no 752.

Nós queremos votar o PLC nº 30, de 2013, da dívida com os servidores do Judiciário, de 10,55; nós queremos votar o nosso PLC nº 3, de 2018, que trata da implantação do nível universitário para os escreventes técnicos do estado de São Paulo; nós queremos votar o nosso PDL nº 21, de 2023, para acabar com essa isenção fiscal desnecessária ao setor de embalagens metálicas.

É isso, Sr. Presidente, e que o Tribunal de Justiça dê um reajuste digno para os servidores do Judiciário. E que o Judiciário peça, que o presidente do Tribunal de Justiça peça, a complementação que ele está dizendo que falta para o governo Tarcísio, que tem o maior orçamento da sua história. São mais de 317 bilhões de reais. Está sobrando dinheiro hoje no cofre estadual.

A questão é a disputa por esses valores e por esse orçamento. Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças e não havendo mais nenhum orador, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quarta-feira.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 43 minutos.

* * *

6 DE JUNHO DE 2023

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS, GILMACI SANTOS e ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Assume a Presidência.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - LETÍCIA AGUIAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - PRESIDENTE REIS
Endossa o pronunciamento da deputada Letícia Aguiar.
8 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - THAINARA FARIA
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
11 - CAPITÃO TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE REIS
Cumprimenta advogados presentes nas galerias.
14 - SOLANGE FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
16 - DIRCEU DALBEN
Para comunicação, faz pronunciamento.
17 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - DONATO
Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelo deputado Rômulo Fernandes).
19 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
20 - PRESIDENTE REIS
Endossa o pronunciamento do deputado Major Mecca.
21 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
22 - GUILHERME CORTEZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
23 - EDIANE MARIA
Por inscrição, faz pronunciamento.
24 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
25 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
26 - PRESIDENTE REIS
Cumprimenta Francine Félix, vereadora de Espírito Santo do Pinhal, presente nas galerias.
27 - CAIO FRANÇA
Para comunicação, faz pronunciamento.
28 - CAPITÃO TELHADA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
29 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
30 - VITÃO DO CACHORRÃO
Para comunicação, faz pronunciamento.
31 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
32 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência.
33 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
34 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Solicita aos presentes que permaneçam em silêncio por um minuto em homenagem a Astrud Gilberto e a Josué Amador, em razão do falecimento de ambos.
35 - PAULO FIORILO
Solicita a suspensão da sessão, até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
36 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido e suspende a sessão às 16h25min.
ORDEM DO DIA
37 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h30min. Dá conhecimento de resposta às questões de ordem formuladas pelos deputados Paulo Fiorilo, na 14ª sessão ordinária, em 04/04; Monica Seixas do Movimento Pretas, na 31ª sessão ordinária, em 03/05; Jorge Wilson Xerife do Consumidor, na 40ª sessão ordinária, em 16/05. Solicita que as réplicas sejam encaminhadas aos parlamentares e publicadas no Diário Oficial. Coloca em votação o requerimento de urgência ao PL 752/21.
38 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome do PSOL.
39 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.
40 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome do PSOL.
41 - EDUARDO SUPLICY
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome da Minoria.
42 - PROFESSORA BEBEL
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome da Minoria.
43 - REIS
Para comunicação, faz pronunciamento.
44 - ALTAIR MORAES
Para comunicação, faz pronunciamento.
45 - CAIO FRANÇA
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome do PSB.
46 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência.
47 - ANDRÉA WERNER
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome do PSB.
48 - MAJOR MECCA
Para comunicação, faz pronunciamento.
49 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Solicita aos presentes que permaneçam em silêncio por um minuto em homenagem ao sargento Sérgio Pereira, da Polícia Militar, morto em Guarujá.
50 - DR. JORGE DO CARMO
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
51 - PAULO FIORILO
Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 752/21, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.
52 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PL 752/21.
53 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Solicita verificação de votação.
54 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

55 - MILTON LEITE FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.

56 - PAULO FIORILO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

57 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

58 - VINICIUS CAMARINHA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.

59 - PAULO CORREA JR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

60 - GERSON PESSOA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.

61 - CAIO FRANÇA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

62 - ATILA JACOMUSSI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Solidariedade.

63 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSOL REDE.

64 - DR. ELTON

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.

65 - CAPITÃO TELHADA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Progressistas.

66 - JORGE CARUSO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.

67 - LEONARDO SIQUEIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Novo.

68 - MARCIO NAKASHIMA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PDT.

69 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Registra as manifestações.

70 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

71 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Acolhe a questão de ordem da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas, para respondê-la oportunamente. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge quórum regimental, ficando adiada a votação.

72 - TEONILIO BARBA

Para comunicação, faz pronunciamento.

73 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PLC 92/23.

74 - GUILHERME CORTEZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

75 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Solicita à plateia comportamento regimental.

76 - MILTON LEITE FILHO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

77 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 07/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito bem. Cumprimentar o público presente, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, todos os funcionários desta Casa, cumprimentar todos aqueles senhores e senhoras que nos acompanham pela Rede Alesp e cumprimentar o presidente que conduz os trabalhos na data de hoje, deputado Carlos Giannazi, que eu tenho o privilégio de fazer o revezamento ora aqui na tribuna, ora lá na Presidência, e assim por diante.

Presidente, eu quero continuar cobrando o governador Tarcísio de Freitas, porque ele ainda não mandou o projeto para valorizar os profissionais da Educação - V.Exa. que é diretor de escola, professor da rede pública. E eu tenho sido cobrado aí do lado de fora desse prédio por setores da Educação, da Saúde e demais funcionários públicos.

A gente sabe que o primeiro pagamento é só para agosto, mas que o governador, que prometeu que daria um aumento acima da inflação, que ele mande o quanto antes esse projeto para esta Casa.

E gostaria que todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a partir do uso dessa tribuna, fizessem essa cobrança, fizessem essa cobrança ao governador, porque no mês de junho vai passar tudo muito rápido.

Amanhã já é feriado, depois ponto facultativo, e essa Casa já tem dificuldade de trabalhar, não é deputado Giannazi? Que os nossos colegas ficam na base fazendo trabalho na base parlamentar lá nas cidades deles e muitas vezes aqui não se atinge o quórum para votar os projetos.

Eu já tenho vários projetos que protocolei nessa Casa, inclusive em defesa da Polícia Civil, em defesa da Polícia Militar, projeto de cotas raciais, e eu fico surpreso porque nós já estamos no mês de junho e eu não vi em nenhum momento um processo de votação de projeto dos deputados e das deputadas. Estou assim impressionado como funciona essa Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu quero falar também sobre a “Folha do Pirajuçara”. Hoje ela chegou à sua milésima edição. Nesta semana o jornal “Folha do Pirajuçara” está completando a sua milésima edição, com tiragem semanal ininterrupta.

Por quase 24 anos esse órgão de imprensa tem levado informações de interesse geral e prestado serviço às populações das regiões de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeperica da Serra e São Lourenço da Serra.

Com o lema “o trabalho tudo vence”, a equipe editorial atual é formada pelo jornalista Mário Aparecido de Souza, por Eliane de Souza e German Rojas, responsáveis pelo projeto gráfico.

O jornal “Folha do Pirajuçara” desenvolve um trabalho sério, reconhecido e focado nos problemas sociais, na cultura, na educação, na saúde, nos esportes e no turismo da região. Esses 24 anos de serviços prestados e mil edições distribuídas são motivos de orgulho para as cidades onde circula a “Folha do Pirajuçara”.

Espero que a multimídia, editoração e publicações responsáveis por essa valorosa publicação continuem seu esforço para a publicação do jornal “Folha do Pirajuçara”, porque sei que não é uma tarefa fácil manter um jornal independente, que vive da venda de anúncios, em um país que já teve tantos altos e baixos como o nosso. Portanto, por esses 24 anos de existência, reconheço o mérito e eu cumprimento a todos que trabalham para a publicação do jornal “Folha do Pirajuçara”.

Inclusive eu protocolei na data de hoje uma moção de aplausos por esse trabalho, que é levar informação a esses municípios lindeiros à cidade de São Paulo, Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeperica, São Lourenço da Serra, Juquitiba,